

GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ

# JUIZ NATURAL NO PROCESSO PENAL

*Prefácio*

ANTONIO MAGALHÃES GOMES FILHO

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

STJ 0098036

# JUIZ NATURAL NO PROCESSO PENAL

GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ



© desta edição [2014]

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

MARISA HARMS

*Diretora responsável*

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

**Central de Relacionamento RT**

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

*e-mail* de atendimento ao consumidor: [sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)

Visite nosso *site*: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

Impresso no Brasil [08-2014]

Profissional

Fechamento desta edição [04.08.2014]



EDITORA AFILIADA

ISBN 978-85-203-5435-3

## SUMÁRIO

PREFÁCIO – ANTONIO MAGALHÃES GOMES FILHO .....	9
INTRODUÇÃO .....	17
1. JUIZ NATURAL: NOÇÕES GERAIS, ASPECTOS HISTÓRICOS E DE DIREITO COMPARADO .....	23
1.1 Do juiz natural e das garantias correlatas.....	23
1.1.1 A Independência judicial .....	24
1.1.2 Da imparcialidade do juiz .....	30
1.1.3 Do juiz natural como mecanismo para assegurar a imparcialidade.....	35
1.2 Do surgimento e da evolução histórica da garantia do juiz natural .....	44
1.2.1 No direito inglês .....	45
1.2.2 No direito norte-americano.....	51
1.2.3 No ordenamento francês .....	53
1.2.3.1 A justiça francesa no <i>Ancien Régime</i> .....	54
1.2.3.2 A justiça francesa após a Revolução de 1789 .....	57
1.3 Juiz natural no direito comparado .....	65
1.3.1 No ordenamento jurídico italiano .....	65
1.3.2 No ordenamento jurídico espanhol .....	69
1.3.3 No ordenamento jurídico português.....	73
1.3.4 No ordenamento jurídico alemão .....	75
1.3.5 No ordenamento jurídico argentino .....	77
1.4 Juiz natural nas declarações internacionais de direitos humanos	79
1.4.1 Juiz natural na Declaração Universal dos Direitos Humanos .....	79

1.4.2	Juiz natural na Convenção Europeia de Direitos Humanos .....	80
1.4.3	Juiz natural no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos .....	83
1.4.4	Juiz natural na Convenção Americana de Direitos Humanos .....	84
1.4.5	Eficácia das convenções internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico nacional .....	88
1.5	Questão terminológica: a escolha da expressão juiz natural e seu significado .....	96
1.6	Juiz natural: direito ou garantia? .....	100
2.	DA GARANTIA DO JUIZ NATURAL NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA .....	103
2.1	Noções gerais .....	103
2.2	Do juiz natural na evolução constitucional brasileira .....	105
2.3	Conteúdo do juiz natural na Constituição de 1988 .....	124
2.4	Da vedação dos tribunais de exceção .....	124
2.4.1	As Justiças Especializadas .....	138
2.4.2	Os foros por prerrogativa de função .....	143
2.5	Do juiz competente: juiz determinado por lei .....	147
2.6	Do juiz predeterminado por lei .....	157
2.6.1	Termo a quo da predeterminação .....	167
2.6.2	Inaplicabilidade da regra de direito intertemporal <i>tempus regit actum</i> .....	175
2.6.3	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i> e predeterminação do juiz competente .....	181
2.7	Juiz natural como “juiz-órgão” ou como “juiz-pessoa”? .....	189
2.8	Juiz natural como “juiz-pessoa” e a regra da identidade física do juiz .....	214
2.9	O juiz natural e o critério de idoneidade .....	221
2.10	A garantia do juiz natural em face do Ministério Público .....	226
2.11	Juiz natural na investigação preliminar .....	236
2.12	Juiz predeterminado em segundo grau .....	238
2.13	A garantia do juiz natural na execução penal .....	248

3.	DA RESERVA DE LEI E AS REGRAS DE DEFINIÇÃO E MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA .....	253
3.1	O conteúdo de norma formal da garantia do juiz competente ....	253
3.2	Reserva de lei em matéria de competência.....	254
3.2.1	Regras de competência nos regimentos internos dos tribunais .....	264
3.2.2	Da criação de varas especializadas por atos normativos internos do Poder Judiciário .....	266
3.3	Da concretização da competência.....	277
3.4	Dos critérios de competência .....	281
3.5	Da norma sobre competência: critério de competência e fator de coligamento .....	289
3.6	Normas de competência: taxatividade, conceitos jurídicos indeterminados e discricionariedade .....	294
3.7	Do incidente de deslocamento de competência: federalização dos crimes de graves violações de direitos humanos .....	302
3.8	A competência territorial alternativa.....	309
3.8.1	Do “porto em que tocar a embarcação” e do território em que ocorrer o pouso da aeronave .....	310
3.8.2	Foro alternativo na ação penal exclusivamente privada ....	315
3.9	Do desaforamento .....	320
3.9.1	Das hipóteses de cabimento do desaforamento .....	323
3.9.2	Dos fatores de coligamento no caso de desaforamento: A “comarca ou termo mais próximo” e “a comarca da mesma região” .....	334
3.10	Da competência por conexão e da continência: natureza jurídica .....	341
3.10.1	Das hipóteses de conexão .....	347
3.10.2	Das hipóteses de continência .....	351
3.10.3	Dos efeitos da conexão e continência: reunião dos processos e prorrogação de competência .....	353
3.10.4	Dos efeitos da conexão e continência: separação facultativa de processo .....	357
3.10.5	Dos critérios de definição do foro prevalectente .....	366
3.11	Da conexão e continência envolvendo crimes de competência da Justiça Eleitoral.....	374

3.12	A mudança de competência em razão do foro por prerrogativa de função .....	383
3.13	As infrações de menor potencial ofensivo e a “complexidade ou circunstâncias do caso” como critério de modificação de competência: vagueza do conceito .....	395
3.14	Da competência para a execução penal.....	399
4.	EFICÁCIA TEMPORAL DAS ALTERAÇÕES DE REGRAS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS SOBRE COMPETÊNCIA .....	415
4.1	Alegados fatores de flexibilização da predeterminação do juiz natural .....	418
4.1.1	Mudanças de normas infraconstitucionais.....	419
4.1.2	Lei modificadora de natureza geral e abstrata.....	422
4.1.3	Aplicação da proporcionalidade .....	433
4.1.3.1	Aplicação da regra da proporcionalidade em relação ao juiz natural .....	449
4.1.3.2	A posição de Alessandro Pizzorusso .....	458
4.1.3.3	A “eficiência da administração da justiça” .....	462
4.1.4	Retroatividade da norma de competência mais benéfica para o acusado.....	472
4.2	A predeterminação do juiz e a extinção do órgão jurisdicional competente .....	474
4.3	Da mudança de competência por alterações legais: a Lei 9.299/1996 e a mudança de competência dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares.....	479
4.4	Das mudanças de competência por alteração de critérios constitucionais: a EC 45/2004 e os crimes militares .....	483
4.5	Da mudança de competência em razão de especialização de vara .....	487
4.5.1	As especializações das varas de lavagem de dinheiro .....	488
4.5.2	Da Res. 19, de 03.08.2005, do TJRN.....	497
4.5.3	Da Lei Estadual 6.806, de 23.03.2007, do Estado de Alagoas.....	498
4.6	A mudança de competência por alteração das regras sobre foro por prerrogativa de função .....	500

---

5.	DAS CONSEQUÊNCIAS DAS VIOLAÇÕES DA GARANTIA DO JUIZ NATURAL.....	503
5.1	Vícios dos atos processuais e sistemas de nulidades .....	504
5.2	Dos atos processuais inexistentes.....	508
5.3	Dos chamados pressupostos processuais de existência e de validade do processo.....	517
5.3.1	Do vício decorrente da falta de investidura do juiz .....	524
5.3.2	Do vício decorrente da incompetência do juiz .....	528
5.4	Do sistema legal de nulidade do Código de Processo Penal e sua projeção sobre os vícios de competência .....	534
5.5	Meios para reconhecimento da inexistência jurídica do ato inexistente .....	552
5.6	Violação do juiz natural e garantia do ne bis in idem .....	559
	CONCLUSÃO .....	567
	BIBLIOGRAFIA .....	575
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	607